

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2015

Relatório da Administração

Senhor Acionista,

Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), relativas ao exercício findo em 31.12.2015, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

A BB Leasing, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. (BB), com sede e foro em Brasília, localizada no Setor Bancário Sul Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 13º Andar, CEP 70073-901, é uma empresa autônoma registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 31.546.476/0001-56.

A Empresa está inserida no contexto do planejamento estratégico corporativo do BB e se alinha aos objetivos estratégicos do Conglomerado BB, na perspectiva financeira, de maneira a oferecer solução voltada para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

A Empresa tem como principal objeto a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, na forma das normas aplicáveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrentes de contratos de arrendamento mercantil e todas as demais operações facultadas às sociedades da espécie.

Os negócios da Empresa são regidos pela Lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.309/96, que disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

A estratégia de atuação frente ao mercado de arrendamento mercantil nacional está focada nos negócios com o segmento de pessoas jurídicas, o que pode ser observado em sua carteira que, em dezembro de 2015, tinha 99,3% de sua composição em negócios com esse público.

O principal produto oferecido pela Empresa é o Leasing Financeiro Pessoa Jurídica, modalidade em que a arrendatária tem a intenção de adquirir o bem ao final do arrendamento, pagando o Valor Residual Garantido (VRG) ao longo da vigência do contrato. A BB Leasing oferece, ainda, o Leasing Finance, que repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Empresa, de capital fechado, não possui Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente e possui Conselho Fiscal próprio e permanente para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa.

A Instituição, por decisão da Assembleia do Acionista de 26.04.2005, aderiu ao Comitê de Auditoria do Conglomerado BB.

MERCADO DE LEASING

De acordo com informações da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL), o mercado de *leasing* vem apresentando queda tanto na quantidade de contratos quanto no montante de valor presente.

Os negócios com o segmento de pessoas jurídicas representam o maior volume da carteira do mercado e demonstra o potencial do *leasing* para fomentar a produção nacional, sendo que o setor de atividade mais expressivo é o de serviços.

CARTEIRA

Em 31.12.2015, a carteira de Leasing Pessoa Jurídica totalizava 4.225 operações ativas, representando um saldo de R\$ 478,9 milhões. O Leasing Pessoa Física, por sua vez, contava com 103 operações ativas e saldo de R\$ 3,6 milhões.

A representatividade da carteira, por segmento, ficou distribuída em 46,5% para serviços, 28,8% para indústria, 24,0% para comércio e 0,7% para pessoas físicas. Em relação ao tipo de bem arrendado, veículos apresentaram participação de 54,3% e máquinas e equipamentos, 33,4%.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em 2015, a BB Leasing distribuiu 25% do lucro líquido disponível, após a destinação às reservas legais, sob a forma de dividendos ao seu acionista.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro da Empresa no período foi de R\$ 359.985 mil. Esse desempenho deveu-se às Receitas de Intermediação Financeira, com destaque para o resultado com instrumentos financeiros derivativos, das operações com títulos e valores mobiliários e operações de arrendamento mercantil.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE	55.004.065	48.681.075
Disponibilidades	167	160
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.637.891	3.350.501
Aplicações no mercado aberto	3.637.891	3.350.501
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	51.359.117	45.330.691
Instrumentos financeiros derivativos	51.359.117	45.330.691
Operações de Arrendamento Mercantil	(21.480)	(15.982)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	121.874	134.200
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(119.096)	(132.849)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	(24.258)	(17.333)
Outros Créditos	26.161	13.837
Diversos	26.161	13.837
Outros Valores e Bens	2.189	1.868
Outros valores e bens	933	913
(Provisões para desvalorização)	(377)	(373)
Despesas antecipadas	1.633	1.328
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	684.423	284.738
Operações de Arrendamento Mercantil	(14.920)	(8.981)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	152.328	164.401
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(152.328)	(164.401)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	(14.920)	(8.981)
Outros Créditos	699.072	293.407
Diversos	700.525	294.493
(Provisão para outros créditos)	(1.453)	(1.086)
Outros Valores e Bens	271	312
Despesas antecipadas	271	312
PERMANENTE	783.176	852.513
Investimentos	520	--
Outros investimentos	520	520
(Provisão para perdas)	(520)	(520)
Imobilizado de Arrendamento	783.176	852.513
Bens arrendados	871.901	973.189
(Depreciação acumulada)	(88.725)	(120.676)
TOTAL DO ATIVO	56.471.664	49.818.326

GESTÃO DE RISCOS

A administração da Empresa adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de risco adotadas pelo Conglomerado BB.

O Banco do Brasil considera a BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil nas atividades de gerenciamento de riscos do Conglomerado Financeiro e realiza, periodicamente, a avaliação dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional da Empresa.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das *commodities*.

No exercício de 2015 não houve exposição relevante ao risco de mercado na BB Leasing. O mapa de descasamento de indexadores da Empresa é elaborado mensalmente e reportado no Comitê Executivo de Riscos de Mercado e de Liquidez do Conglomerado BB. Adicionalmente, é importante destacar que eventuais exposições da Empresa ao risco de mercado, não relacionadas à sua estratégia, são transferidas para o BB Banco Múltiplo.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a ocorrência de descasamento entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Banco do Brasil, por meio da Diretoria de Finanças (DIFIN), faz a gestão de caixa da BB Leasing.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito ou de arrendamento decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

As exposições referentes às operações de *leasing* são consideradas na gestão da carteira de crédito do Banco Múltiplo. As políticas de crédito, estratégias e a tolerância ao risco de crédito definidas para o BB consideram as exposições de *leasing* da entidade. Os processos, procedimentos e sistemas adotados no gerenciamento do risco de crédito do Banco Múltiplo abrangem também as operações da BB Leasing.

O saldo em operações de *leasing* totalizou R\$ 482,5 milhões em dez/2015, o que representa um decréscimo de 9,63% em relação aos últimos 12 meses.

RISCO OPERACIONAL

A Empresa possui convênio com o Banco para rateio/ressarcimento de despesas e custos, utilizando quadro de pessoal, espaço físico e demais recursos do Banco para o desempenho de suas atividades. A Unidade de Risco Operacional (URO) do Banco é responsável pela execução das atividades relacionadas à gestão do risco operacional na BB Leasing.

Em 2015, dentre as atividades relacionadas à gestão do risco operacional da BB Leasing, a URO concentrou seus esforços na identificação dos riscos operacionais de processo relevante e na análise de perdas operacionais, provisões para demandas contingentes e depósitos judiciais.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer do ano de 2015, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Leasing além daqueles relacionados à auditoria externa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Buscar a otimização do resultado da BB Leasing S.A.
- Utilizar os recursos do Conglomerado para avaliação das melhores oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade e imagem da Instituição.
- Buscar o crescimento de negócios voltados para a modernização e ampliação das empresas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança do acionista, de seus clientes e da sociedade.

PASSIVO/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE	300.102	164.390
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	291	418
Finame	291	418
Instrumentos Financeiros Derivativos	--	1.992
Instrumentos financeiros derivativos	--	1.992
Outras Obrigações	299.811	161.980
Sociais e estatutárias	33.767	29.187
Fiscais e previdenciárias	141.131	120.738
Diversas	124.913	12.055
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	52.003.879	45.760.741
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	51.301.618	45.307.873
Recursos de debêntures	51.301.618	45.307.873
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	700	972
Finame	700	972
Outras Obrigações	701.561	451.896
Fiscais e previdenciárias	512.356	138.153
Diversas	189.205	313.743
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.167.683	3.893.195
Capital	3.261.860	3.261.860
De domiciliados no País	3.261.860	3.261.860
Reservas de Lucros	905.823	631.335
TOTAL DO PASSIVO	56.471.664	49.818.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.742.033	6.803.065	4.548.628
Operações de crédito	4.123	6.843	6.964
Operações de arrendamento mercantil	171.823	340.072	451.089
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	233.344	425.732	330.632
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	3.332.743	6.030.418	3.759.943
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.465.900)	(6.284.689)	(4.131.646)
Operações de captação no mercado	(3.313.753)	(5.993.785)	(3.739.834)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(12)	(29)	(48)
Operações de arrendamento mercantil	(128.623)	(255.075)	(367.493)
Provisões para arrendamentos/outros créditos	(23.512)	(35.800)	(24.271)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	276.133	518.376	416.982
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(25.597)	(40.114)	(40.863)
Despesas de pessoal	(1.015)	(1.802)	(2.071)
Outras despesas administrativas	(4.716)	(9.497)	(6.970)
Despesas tributárias	(15.139)	(28.318)	(23.355)
Outras receitas operacionais	3.602	13.481	10.692
Outras despesas operacionais	(8.329)	(13.978)	(19.159)
RESULTADO OPERACIONAL	250.536	478.262	376.119
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1	--	(1)
Receitas não operacionais	9	30	1
Despesas não operacionais	(8)	(30)	(2)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	250.537	478.262	376.118
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(108.360)	(118.277)	(143.987)
LUCRO LÍQUIDO	142.177	359.985	232.131
Número de Ações	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro por Ação (R\$)	47,39	120,00	77,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	250.537	478.262	376.118
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	96.520	196.518	358.427
Provisão para operações de arrendamento mercantil	23.223	35.422	24.145
Provisão para outros créditos	290	379	127
Depreciações de bens arrendados	102.811	208.636	210.918
Amortização de perdas	8.873	19.234	25.999
Superveniência de depreciação	(42.624)	(67.012)	90.170
Reforço (Reversão) de provisões cíveis e fiscais	3.947	(141)	7.068
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	347.057	674.780	734.545
Variações Patrimoniais	(3.352.366)	(6.154.184)	(24.277.756)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(1.211)	(1.427)	1.944
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	(3.332.744)	(6.030.419)	(23.923.395)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos créditos tributários	(242.054)	(342.213)	83.423
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	(136)	(279)	(357)
Aumento (Redução) em imposto de renda e contribuição social pagos	(133.221)	(239.613)	(79.677)
Aumento (Redução) em outras obrigações	357.000	459.767	(359.694)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(3.005.309)	(5.479.404)	(23.543.211)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(89.248)	(202.714)	(320.735)
Alienação de imobilizado de arrendamento	41.511	88.623	199.840
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(47.737)	(114.091)	(120.895)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Redução) em obrigação por emissão de debêntures	3.313.733	5.993.745	23.903.250
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses no país - instituições oficiais	(187)	(398)	(569)
Dividendos pagos	(82.566)	(112.435)	(52.403)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.230.980	5.880.912	23.850.278
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	177.934	287.417	186.172
Início do período	3.460.144	3.350.661	3.164.489
Fim do período	3.638.078	3.638.078	3.350.661
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	177.934	287.417	186.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2013	3.261.860	29.792	424.542	--	3.716.194
Lucro Líquido do Exercício	--	--	--	232.131	232.131
Destinações:					
Reservas	--	11.607	165.394	(177.001)	--
Dividendos (R\$ 18.376,67 por lote de mil ações)	--	--	--	(55.130)	(55.130)
Saldos em 31.12.2014	3.261.860	41.399	589.936	--	3.893.195
Mutações do Exercício	--	11.607	165.394	--	177.001
Saldos em 30.06.2015	3.261.860	52.289	745.124	--	4.059.273
Lucro Líquido do Semestre	--	--	--	142.177	142.177
Destinações:					
Reservas	--	7.109	101.301	(108.410)	--
Dividendos (R\$ 11.255,68 por lote de mil ações)	--	--	--	(33.767)	(33.767)
Saldos em 31.12.2015	3.261.860	59.398	846.425	--	4.167.683
Mutações do Semestre	--	7.109	101.301 </		

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2015

Notas Explicativas

1 – A BB LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing) é uma sociedade controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis. Está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 13º andar, Ed. Sede III, CEP 70073-901 – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e civis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Leasing, quando aplicável: CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 18.02.2016.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Leasing são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações comprorissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, visando atender recursos de curto prazo (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Nota 6.b).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa – para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

e) Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber – registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber – são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF n.º 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como nível H assim permanecem por 180 dias, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.e).

Superveniência/Insuficiência de depreciação – o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniências/Insuficiências de Depreciações" do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular n.º 1.429/1989 do Bacen e computado no resultado.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste a valor presente e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular n.º 1.429/1989, do Bacen.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota de 15% até 31.08.2015 e de 20% a partir de 01.09.2015, conforme Lei nº 13.169/2015.

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB Leasing ocorrerão em períodos futuros (Nota 9.b). As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas na medida em que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

O Imobilizado de arrendamento é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às taxas anuais previstas na Instrução Normativa SRF n.º 162, de 31.12.1998: aeronaves – 10%, instalações – 10%, embarcações – 5% a 20%, veículos e afins – 10% a 25%, máquinas e equipamentos – 10% a 33,3%, imóveis – 4%, móveis – 4% a 10%, aceleradas em 30%, quando aplicável (Nota 10).

Os valores registrados no grupo "perdas em arrendamentos a amortizar", apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de *leasing*, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB Leasing avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Leasing elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 20.b) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 20.c), e os classificados como remotos não requerem registro e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Leasing adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades	187	160
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	3.637.891	3.350.501
Total	3.638.078	3.350.661

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	3.637.891	3.350.501
Total	3.637.891	3.350.501

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Rendas de aplicações no mercado aberto – posição bancada	233.344	425.732	330.627
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	--	--	5
Total	233.344	425.732	330.632

6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Em 31.12.2015 não houve aplicação em operações de Títulos e Valores Mobiliários – TVM.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para reduzir o risco de mercado das operações.

Os valores relativos aos contratos de opções – Box Duas Pontas referem-se à aplicação dos recursos provenientes da captação pela emissão de debêntures (Nota 11.a) e têm a característica de aplicação de renda fixa.

As operações de *Swap*, representadas pela diferença de taxas CDI/pré, são contratadas a título de instrumento de proteção.

O valor de mercado dos derivativos foi estimado de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do mês.

Nas técnicas de avaliação utilizadas são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Posição ativa	155.479.895	51.340.226	51.359.117	89.862.986	45.305.331	45.330.691
Contratos de opções – de compra - Pré	52.073.789	658.600	1.680.079	44.931.493	629.174	797.577
Contratos de opções – de venda - Pré	52.073.789	50.673.717	49.678.475	44.931.493	44.676.157	44.533.114
Contratos de <i>swap</i> – CDI/Pré	51.332.317	7.909	563	--	--	--
Ativo circulante	--	--	51.359.117	--	--	45.330.691
Posição passiva	--	--	--	45.305.331	5.436	1.992
Contratos de <i>swap</i> – CDI/Pré	--	--	--	45.305.331	5.436	1.992
Passivo circulante	--	--	--	--	--	1.992

Operações com prazo de vencimento de até 30 dias.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Mercado de opções – box duas pontas	3.342.412	6.042.609	3.762.363
Swap (9.669)	--	(12.191)	(2.420)
Total	3.332.743	6.030.418	3.759.943

7 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber	274.202	298.601
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos	274.202	298.601
Ativo circulante	121.874	134.200
Ativo realizável a longo prazo	152.328	164.401

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(271.424)	(297.250)
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(271.424)	(297.250)
Ativo circulante	(119.096)	(132.849)
Ativo realizável a longo prazo	(152.328)	(164.401)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Receitas de arrendamento mercantil	171.823	340.072	451.089
Arrendamentos financeiros	171.823	340.072	451.089
Despesas de arrendamento mercantil	(128.623)	(255.075)	(367.493)
Arrendamentos financeiros	(128.623)	(255.075)	(367.425)
Arrendamentos operacionais	--	--	(68)
Total	43.200	84.997	83.596

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

Nessas demonstrações, apresentamos a carteira de crédito por setores de atividade econômica de modo mais amplo, de acordo com a atividade econômica principal do tomador de crédito, observada a aderência ao setor econômico do grupo controlador, quando aplicável, bem como em conformidade com as melhores práticas de mercado.

	R\$ mil			
	31.12.2015	%	31.12.2014	%
Setor privado				
Pessoa física	3.600	0,7	6.653	1,2
Pessoa jurídica	478.862	99,3	533.177	98,8
Serviços	107.061	22,2	110.387	20,4
Transportes	68.358	14,2	86.447	16,0
Automotivo	33.990	7,0	34.169	6,3
Atividades específicas da construção	32.861	6,8	45.100	8,4
Mineração e metalurgia	29.073	6,1	32.375	6,0
Comércio varejista	27.569	5,7	27.689	5,1
Construção pesada	18.542	3,9	32.432	6,0
Eletroeletrônico	17.487	3,6	14.320	2,7
Petroleiro	15.964	3,3	14.776	2,7
Químico	15.903	3,3	13.359	2,5
Agronegócio de origem animal	15.710	3,3	18.833	3,5
Imobiliário	14.611	3,0	19.499	3,6
Agronegócio de origem vegetal	14.012	2,9	12.039	2,2
Telecomunicações	12.555	2,6	13.447	2,5
Insumos agrícolas	9.707	2,0	9.667	1,8
Comércio atacadista e indústrias diversas	9.258	1,9	9.465	1,8
Madeiro e moveleiro	9.045	1,9	8.954	1,7
Papel e celulose	8.428	1,8	7.598	1,4
Têxtil e confecções	8.382	1,7	9.364	1,7
Energia elétrica	6.736	1,4	7.529	1,4
Demais atividades	3.610	0,7	5.728	1,1
Total	482.462	100,0	539.830	100,0

Em atendimento às normas do Bacen, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos	274.202	298.601
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber		

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2015

8 - OUTROS CRÉDITOS

a) Composição

		R\$ mil	
		31.12.2015	31.12.2014
Diversos			
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	(Nota 17.e)	687.618	276.869
Impostos e contribuições a compensar		436	436
Devedores por depósitos em garantia	(Nota 20.d)	36.618	28.604
Outros		2.014	2.421
Subtotal		726.686	308.330
(Provisão para outros créditos sem característica de concessão de crédito) ⁽¹⁾		(1.221)	(1.074)
(Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito)		(232)	(12)
Total		725.233	307.244

Ativo circulante 26.161 13.837
Ativo realizável a longo prazo 699.072 293.407
(1) Trata-se de provisão para recebimento de títulos precatórios do Governo do Estado de São Paulo no valor de R\$ 1.168 mil (R\$ 1.023 mil em 31.12.2014) e desvalorização de incentivos fiscais - Finor, no valor de R\$ 53 mil (R\$ 51 mil em 31.12.2014).

b) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Saldo inicial	(1.163)	(1.086)	(959)
Reforço/(reversão)	(290)	(367)	(127)
Saldo final	(1.453)	(1.453)	(1.086)
Ativo realizável a longo prazo	(1.453)	(1.453)	(1.086)

9 - OUTROS VALORES E BENS

a) Bens Não de Uso Próprio

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Máquinas e equipamentos	559	558
Veículos e afins	289	269
Bens em regime especial	86	86
Subtotal	933	913
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(377)	(373)
Total	556	540

Ativo circulante 556 540
(1) Trata-se de provisão para bens reintegrados pela Empresa.

b) Despesas Antecipadas

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Despesas de seguros ⁽¹⁾	1.592	1.287
Comissões pela colocação de debêntures	312	352
Comissões para intermediação de crédito ⁽²⁾	--	1
Total	1.904	1.640

Ativo circulante 1.633 1.328
Ativo realizável a longo prazo 271 312

(1) Refere-se a despesas de seguros de bens arrendados embutidas nos contratos de arrendamento, apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito. Os pagamentos são feitos antecipadamente de acordo com os normativos que regem os contratos de *leasing* e opção do arrendatário quanto à inclusão do seguro no contrato.

(2) Refere-se a comissões pagas a lojistas - *leasing* de veículos. As despesas são apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito.

10 - IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Arrendamento financeiro		
Bens arrendados	871.144	971.505
Veículos e afins	420.879	417.848
Máquinas e equipamentos	346.598	432.210
Aeronaves	26.384	28.510
Móveis	14.481	17.474
Instalações	8.714	11.700
Imóveis	7.862	7.862
Embarcações	8.485	9.643
Outros	37.741	46.258
Perdas em arrendamentos a amortizar ⁽¹⁾	92.069	104.174
Outros bens	1.950	1.950
Amortização acumulada ⁽¹⁾	(56.278)	(59.866)
Superveniências de depreciações	332.225	315.697
Depreciação acumulada	(420.950)	(436.373)
Diferido	757	1.684
Perdas em arrendamentos a amortizar	2.570	16.258
Amortização acumulada do diferido	(1.813)	(14.574)
Subtotal	783.176	852.513

(1) Adequação à Resolução CMN n.º 3.617/2008, de 30.09.2008, pelos valores acumulados de 01.10.2008 até 31.12.2015.

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamentos financeiros (superveniências/insuficiências de depreciações) foi apurado conforme disposto na Nota 3.e, apresentando a seguinte posição:

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Valor presente	785.954	853.864
Credores por antecipação de valor residual	303.724	314.046
Valor presente das operações de arrendamento	482.230	539.818
(-) Valor contábil das operações	453.729	538.167
Arrendamentos a receber - recursos internos	274.202	298.601
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(271.424)	(297.250)
Valores residuais a realizar	310.055	353.755
Valores residuais a balancear	(310.055)	(353.755)
Bens arrendados	871.144	971.505
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(420.950)	(436.373)
Perdas em arrendamentos a amortizar	2.570	16.258
Amortização acumulada do diferido	(1.813)	(14.574)
(=) Aumento do ativo permanente (superveniências de depreciações)	332.225	315.697

c) Depreciação Acumulada

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(420.950)	(436.373)
(-) Superveniências de depreciações	332.225	315.697
(=) Depreciação acumulada	(88.725)	(120.676)

d) Outras Informações

O seguro do imobilizado de arrendamento é efetuado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

11 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de Debêntures

As debêntures emitidas em março/2013 (2ª emissão) e maio/2014 (3ª emissão) são do tipo simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, nominativas e escriturais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, e foram adquiridas em sua totalidade pelo Banco do Brasil S.A.

O pagamento do principal e encargos ocorrerá no vencimento.

	R\$ mil		
	Valor da Operação	Vencimento	Remuneração
Emissão			Valor Contábil
Março/2013	20.000.000	2023	100% CDI
Maio/2014	20.000.000	2024	100% CDI
Total			51.301.618
Passivo exigível a longo prazo			51.301.618

b) Despesas de Captações no Mercado

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Remuneração - juros ⁽¹⁾	(3.313.733)	(5.993.745)	(3.739.800)
Outros	(20)	(40)	(34)
Total	(3.313.753)	(5.993.785)	(3.739.834)

(1) Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures desde a data de emissão até a data de seu efetivo pagamento, que deve ocorrer na data de vencimento.

12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Composição por Prazo de Exigibilidade

	R\$ mil					
Programa	Taxa de Atualização	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	de 5 a 15 anos
BNDES/Finame	1,50% a 8,3% a.a. ou TJLP + 2,3% a 5,5% a.a.	89	202	427	273	--
						991
Passivo circulante						291
Passivo exigível a longo prazo						700
A garantia das operações consiste em penhor, ao BNDES/Finame, dos direitos creditórios representados pelos contratos de arrendamentos, conforme Circular BNDES n.º 196 - item 9.						418

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Despesas de obrigações por repasses - BNDES/Finame	(12)	(29)	(48)
Total	(12)	(29)	(48)

13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Dividendos e bonificações a pagar	33.767	29.187
Total	33.767	29.187
Passivo circulante	33.767	29.187

b) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil		
	31.12.2015	31.12.2014	
Provisão para impostos e contribuições diferidos	(Nota 17.d)	520.123	150.960
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar		114.838	88.150
Provisão para riscos fiscais	(Nota 20.b)	16.745	17.625
Impostos e contribuições a recolher		1.781	2.156
Total	653.487	258.891	
Passivo circulante	141.131	120.738	
Passivo exigível a longo prazo	512.356	138.153	

c) Diversas

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Credores por antecipação de valor residual ⁽¹⁾	303.724	314.046
Provisão para demandas cíveis	7.084	6.346
Credores diversos - país ⁽²⁾	2.901	3.783
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾	409	1.623
Total	314.118	325.798
Passivo circulante	124.913	12.055
Passivo exigível a longo prazo	189.205	313.743

(1) Valor residual garantido recebido dos arrendatários.

(2) Inclui o montante de R\$ 2.678 mil (R\$ 3.111 mil em 31.12.2014), referente a recursos a liberar a fornecedores de bens arrendados.

(3) Inclui o montante de R\$ 88 mil (R\$ 1.359 mil em 31.12.2014), referente a valor a pagar ao Banco do Brasil por adiantamentos a fornecedores.

14 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas de Pessoal

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Proventos	(582)	(1.033)	(1.213)
Encargos sociais	(302)	(539)	(612)
Honorários - Conselho Fiscal	(87)	(152)	(152)
Benefícios	(44)	(78)	(94)
Total	(1.015)	(1.802)	(2.071)

b) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Serviços do sistema financeiro	(3.786)	(7.354)	(5.608)
Seguros	(331)	(637)	(330)
Tarifa/Comissão de fiança ⁽¹⁾	(248)	(477)	--
Corretagens e emolumentos	(192)	(399)	(450)
Liquidação da sentença judicial ou extrajudicial	--	(153)	--
Emolumentos judiciais e cartorários	(29)	(86)	(170)
Contribuição sindical patronal	--	(84)	--
Outras	(130)	(307)	(412)
Total	(4.716)	(9.497)	(6.970)

(1) Despesa reclassificada para "Outras Despesas Administrativas", conforme orientação de súmula do Bacen.

c) Outras Receitas Operacionais

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Reversão de provisão para passivos contingentes	2.058	10.665	8.327
De devedores por depósitos em garantia	1.445	2.556	1.857
Outras	99	260	508
Total	3.602	13.481	10.692

d) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Provisão para passivos contingentes	(6.005)	(10.523)	(15.397)
Atualização monetária de devidos	(967)	(1.649)	(1.401)
Despesas com acordo judicial	(836)	(841)	(22)
BB - suporte operacional	(301)	(532)	(605)
Registro de contratos	(74)	(177)	(471)
Remuneração a lojistas - <i>leasing</i> veículos	--	(1)	(675)
Outras	(146)	(255)	(588)
Total	(8.329)	(13.978)	(19.159)

15 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Receitas não operacionais	9	30	1
Lucros na alienação de valores e bens	--	--	1
Outros ganhos de capital	9	9	--
Reversão de provisão não operacional	--	21	--
Despesas não operacionais	(8)	(30)	(2)
Desvalorização de outros valores e bens	(3)	(24)	--
Prejuízo em transações com valores e bens	(5)	(6)	(2)
Total	1	--	(1)

16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 3.261.860 mil em 31.12.2015 e 31.12.2014 está dividido em 3.000.000 de ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 4.167.683 mil (R\$ 3.893.195 mil em 31.12.2014) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1.389,23 por ação (R\$ 1.297,73 por ação em 31.12.2014).

b) Reservas de Lucros

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Reserva legal	59.398	41.399
Reserva estatutária	846.425	589.936
Margem operacional	846.425	589.936
Total	905.823	631.335

A Reserva Estatutária de Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

|--|

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2015

f) Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2015, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação projetada para o período de apuração.

	R\$ mil	
	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2016	23.105	20.931
Em 2017	43.959	35.634
Em 2018	61.022	44.752
Em 2019	68.428	45.849
Em 2020	77.001	47.245
Em 2021	80.893	45.532
Em 2022	70.612	36.724
Em 2023	76.755	36.873
Em 2024	81.163	36.202
Em 2025	104.680	43.001
Total	687.618	392.743

No exercício de 2015, observou-se a realização dos créditos tributários na BB Leasing no montante de R\$ 382.469 mil, superior à respectiva projeção de utilização para o período de 2015, que consta no estudo técnico elaborado no encerramento de 2014 (R\$ 27.800 mil).

18 – PARTES RELACIONADAS

Os custos com benefícios de curto prazo atribuídos ao Conselho Fiscal da BB Leasing foram de R\$ 152 mil no exercício de 2015 e 2014.

A BB Leasing não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Leasing realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A. transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em depósitos interfinanceiros, empréstimos e operações com instrumentos financeiros derivativos. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações entre partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldo das operações ativas e passivas da BB Leasing com o Controlador em 31.12.2015 e 31.12.2014 e seus respectivos resultados:

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Ativos		
Disponibilidades	(Nota 4)	187
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	(Nota 5.a)	3.637.891
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b)	51.359.117
Valores a receber de sociedades ligadas		--
		215
Passivos		
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b)	--
Recursos de debêntures	(Nota 11.a)	51.301.618
Dividendos e bonificações a pagar	(Nota 13.a)	33.767
Valores a pagar a sociedades ligadas	(Nota 13.c)	409
		1.623

Demonstração do Resultado	2º Sem/2015	Exerc/2015	Exerc/2014
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 5.b)	233.344	425.732
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.c)	3.332.743	6.030.418
Despesas de captação no mercado	(Nota 11.b)	(3.313.733)	(5.993.745)
Despesas de pessoal	(Nota 14.a)	(1.015)	(1.802)
Emolumentos judiciais e cartorários	(Nota 14.b)	(29)	(86)
Corretagens e emolumentos	(Nota 14.b)	(192)	(399)
Tarifa/Comissão de fiança	(Nota 14.b)	(248)	(477)
BB-suporte operacional	(Nota 14.d)	(301)	(532)
Atualização monetária de dividendos	(Nota 14.d)	(967)	(1.649)
Outras despesas administrativas		(275)	(559)

19 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A BB Leasing não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A BB Leasing ressarce ao Banco as despesas correspondentes (Nota 18).

20 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais
As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de *leasing*.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Movimentações nas Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis Classificadas como Prováveis

	2º Sem/2015	Exerc/2015	R\$ mil Exerc/2014
Demandas fiscais			
Saldo inicial	12.732	17.625	12.238
Constituição	4.523	6.205	12.320
Reversão da provisão	(510)	(7.085)	(6.933)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	16.745	16.745	17.625
Demandas cíveis			
Saldo inicial	7.150	6.346	4.663
Constituição	1.482	4.318	3.077
Reversão da provisão	(1.548)	(3.580)	(1.394)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	7.084	7.084	6.346
Total	23.829	23.829	23.971

Cronograma Esperado de Desembolsos

	R\$ mil	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	8.990	5.769
De 5 a 10 anos	5.848	1.285
Acima de 10 anos	1.907	30
Total	16.745	7.084

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de *leasing*.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Saldo dos Passivos Contingentes Classificados como Possíveis

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Demandas cíveis	644.702	607.121
Demandas fiscais	74.259	70.028
Total	718.961	677.149

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldo dos Depósitos em Garantia Constituídos para as Contingências

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Demandas cíveis	30.893	23.293
Demandas fiscais	5.725	5.311
Total	36.618	28.604

21 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Imparidade

No exercício de 2015, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

b) Lei nº 12.973 (Conversão da MP n.º 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória nº 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

A lei foi regulamentada pela Receita Federal do Brasil por meio de suas Instruções Normativas nº 1.515/2014 e 1.520/2014. A adoção dos dispositivos da norma foi observada a partir de 1º de janeiro de 2015 e não houve impactos significativos nas demonstrações contábeis da BB Leasing no exercício de 2015.

c) Lei nº 13.097 (Conversão da MP n.º 656/2014)

A Lei n.º 13.097, de 20.01.2015, alterou os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

d) Lei nº 13.169/2015 (Conversão da MP n.º 675/2015)

A Lei n.º 13.169, de 06.10.2015, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 675/2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização de 15% para 20% para o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A lei prevê, ainda, o retorno da alíquota da CSLL a 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Para cumprimento da Resolução CMN nº 3.198/2004, o Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único para o Banco Múltiplo e para as subsidiárias integrais.

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria é publicado em conjunto com as demonstrações contábeis do Banco do Brasil S.A.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2016.

Egídio Otmar Ames		
Antônio Carlos Correia	Elvio Lima Gaspar	Luiz Serafim Spinola Santos

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, no Relatório dos auditores independentes, nas informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria e/ou seus prepostos durante as reuniões mensais do Conselho Fiscal, realizadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2016.

Julio Cesar Costa Pinto Conselheiro	Salomão Miguel de Sousa Conselheiro
Ricardo Botelho Presidente	

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Antonio Mauricio Maurano

DIRETOR-VICE-PRESIDENTE

José Mauricio Pereira Coelho

DIRETOR-GERENTE

Wilsa Figueiredo

CONSELHO FISCAL

Ricardo Botelho (Presidente)

Julio Cesar Costa Pinto

Salomão Miguel de Sousa

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria e ao Acionista da
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("BB Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da BB Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Leasing. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A BB Leasing registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 10.b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas dos ativos circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre, exercício e do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 18 de fevereiro de 2016.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi

Contador CRC 1SP206103/O-4